

Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina

Expansion's frontiers and Indian peoples in Santa Catarina State

Wilmar R. D'Angelis¹

Resumo: Partindo da noção de "frentes de expansão", a primeira parte o artigo identifica as principais formas que tais frentes tomaram ao longo da história do Brasil Meridional (do século XVI ao XX), e comenta os impactos de cada uma (ou, eventualmente, das diferentes "ondas" de cada uma) sobre as populações indígenas da região. Na segunda parte o artigo detalha as frentes de expansão especificamente no território catarinense, e igualmente seu contato e impacto nas populações indígenas. Por fim, traça um panorama das reações indígenas às frentes de expansão, em diferentes períodos históricos, entre o século XVIII e XXI.

Palavras-chave: frentes de expansão, fronteiras econômicas, povos indígenas.

Abstract: Based on the notion of "expansion fronts" in its first part, the article identifies the main forms which such fronts showed, along the history of Southern Brazil (from sixteenth century to twentieth), and it comments on the impact of each of (or possibly the different "waves" of each one) on indigenous peoples of the region. In the second part the article details the expansion fronts specifically in the State of Santa Catarina, and also analyses its contact and impact on indigenous peoples. Finally, it gives an overview of indigenous reactions to the expansion fronts, in different historical periods, between the eighteenth and twenty-first century.

Keywords: expansion of frontiers, economic frontiers, indigenous nations.

Frentes de Expansão

Qualquer sociedade estratificada e complexa, como a nossa, acomoda diferentes áreas de exploração econômica, de interesses distintos, com frequência complementares, e muitas vezes também concorrentes (pelas mesmas fontes de energia ou matéria prima, por exemplo).

Quando um país possui áreas territoriais não incorporadas à sua economia, em algum momento se dá uma combinação de fatores que determinam a entrada, naquele território ainda "inexplorado", de um certo contingente de pessoas oriundas da "sociedade nacional" para desenvolver, ali, algum tipo de atividade econômica articulada à economia nacional e internacional, ou algum tipo de ocupação associada a interesses estratégicos que, de qualquer modo, vinculam-se a projetos econômicos. Os fatores que concorrem para isso são: a conjuntura econômica do país, interna e externamente; a presença próxima ao território em questão, de "células" da sociedade nacional, desenvolvendo algum tipo específico de

¹ Indigenista, Doutor em Linguística e pesquisador da história indígena do Sul do Brasil. Professor no Departamento de Linguística da UNICAMP. E-mail: wilmar.unicamp@gmail.com.

atividade econômica; a conjuntura das relações internacionais do país em questão; projetos políticos de Estados Nacionais (de expansão de fronteiras; de conquista de determinadas reservas de riquezas naturais; etc), entre outros.

Darcy Ribeiro, em um trabalho clássico que continua merecedor de estudo, *Os índios e a civilização* (Ribeiro, [1970]1986), analisando a história indígena na primeira metade do século XX à luz da expansão das fronteiras econômicas internas brasileiras, caracterizou quatro distintas "*frentes de expansão*" que atingiram populações indígenas no período:

- Frente Militar (estratégica)
- Frente Pastoril
- Frente Agrícola
- Frente Extrativista

Por não abranger o período histórico dos três primeiros séculos da presença portuguesa no Brasil, Ribeiro não se ocupou do que poderíamos chamar de *Frente Preadora ou Escravista*. E por outros motivos quaisquer, não dedicou maior espaço ao que podemos denominar de *Frentes "Civilizadoras" ou de "Salvação" (laicas ou religiosas)*.

Frentes de Expansão no Brasil Meridional

Ainda não é de todo possível traçar um mapa da distribuição das populações indígenas no Brasil Meridional no momento da entrada dos europeus no continente, e antes de qualquer impacto das chamadas frentes de expansão. Muita pesquisa arqueológica ainda precisa ser feita, e sequer podemos fazer ideia se será, um dia, feita na medida necessária.

De todo modo, é possível construir uma aproximação simplificada, como apresentamos na Figura 1. Nela se contam pelo menos doze etnias diferentes. Destaque-se que a representação também contesta uma interpretação (repetida por muitos historiadores) de que uma ampla ocupação kaingang no Paraná basicamente seria resultado da redução da população Guarani por ação dos bandeirantes (de que falarei adiante). O próprio fato de terem havido reduções jesuíticas com população majoritária ou integralmente Jê é prova de que eles estavam já em seu território na passagem do século XV ao XVI.

Nos séculos XVI e XVII a vasta região do Brasil Meridional foi alvo de intensas e dilatadas ações de dois tipos de frentes: uma frente "civilizadora" e uma frente "preadora".

Frente de "Salvação"

Uma "frente civilizadora", vindo do Oeste, representada pelos jesuítas "espanhóis",¹ desenvolveu intenso trabalho de estabelecimento de missões (*reducciones*) a partir de 1610. Iniciando pelo baixo Paranapanema, seguindo depois pelo seu afluente, Rio Tibagi acima; depois, a partir do alto até o médio Rio Ivaí (afluente do Paraná) e, por fim, já nas nascentes do Piquiri, em 20 anos os jesuítas fundaram cerca de uma dúzia de reduções. Nelas, eles reuniram milhares de indígenas, em sua maioria Guarani, mas também grupos de língua Jê (Kaingang e Xokleng).² No final da década de 1620 algumas dessas missões reuniam mais de 10 mil indígenas.

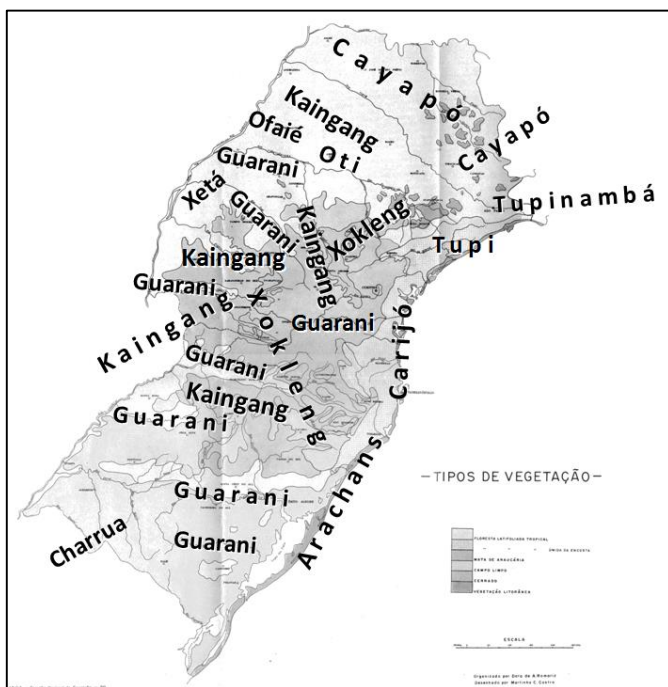


Figura 1: Povos Indígenas no Brasil Meridional em 1500

À vista desarmada (ou desinformada), tais "frentes de salvação" parecem não significar tomada ou ocupação das terras indígenas ou destruição de suas sociedades, uma vez que, aparentemente, o que ocorria ali era apenas a fixação de uma minoria de pessoas da sociedade majoritária no meio de uma sociedade indígena. No entanto, os impactos e consequências não foram nada desprezíveis. Em primeiro lugar, há que contabilizar, aos missionários, centenas ou milhares de mortes provocadas por doenças contagiosas que grassaram em comunidades indígenas após o estabelecimento desses contatos. As cartas jesuíticas, por exemplo, estão cheias de alusões a "pestes" e mortandades por doenças como a varíola, o sarampo e as "câmaras de sangue".³

Em segundo lugar, a presença missionária gera uma relação de confiança e aproximação com a sociedade nacional, que costuma levar os indígenas a desistir de suas formas de enfrentamento ou de contato cauteloso, e ao ponto de aceitarem e proclamarem a submissão à autoridade régia da metrópole de onde vem o missionário.

Outra consequência, particular no caso histórico aqui discutido, foi o fato de que as missões jesuíticas no Guairá e no Tape (Rio Grande do Sul) acabaram por favorecer a ação preatória dos bandeirantes, por reunir em um mesmo ponto, milhares de indígenas, que corresponderiam a dezenas (às vezes, centenas) de pequenas e médias aldeias.

Por fim, além dos impactos físicos, econômicos e políticos, as "frentes de salvação" promovem verdadeira invasão e massacre cultural, que não é menos alarmante do que a destruição física.⁴

No âmbito da política pombalina, no século XVIII, os jesuítas foram expulsos das terras de Portugal (1759) e, em seguida, pelo Rei Carlos III, das terras de Espanha (1767). Em meados do século XIX, por um período muito breve (1848-1851), um grupo de jesuítas espanhóis tentou missionar os kaingang aldeados em Nonoai, Guarita e Campo do Meio, contatando também as aldeias de Votouro, Campo do Erexim e Pontão (cf. Teschauer 1905; Azevedo, 1984, p.85-138). Pe Bernardo Parés chegou a dirigir o Aldeamento de Nonoai, mas por falta de renovação do contrato com a Província, a nova experiência de missões indígenas dos jesuítas encerrou-se aparentemente sem maiores consequências.⁵

Capuchinhos também missionaram no Sul do Brasil, a partir de meados do século XIX, basicamente restringindo-se ao Paraná, nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, onde atuaram como Diretores os Padres Timóteo de Castelnuovo e Luís de Cemitille. Sua atuação foi sempre bastante local e semelhante à da burocracia laica da Província (Cf. Amoroso 1998; 2002).

Frente Escravista

Na segunda metade do século XVI, bandeirantes paulistas haviam se especializado na preação de indígenas para a economia canavieira do litoral, arrasando todo o litoral Sul à busca de escravos Carijós, depois das experiências de escravização dos Tupi que, em meados do século XVI, causaram fortes reações dos índios do planalto e do litoral norte paulista e do Rio de Janeiro. A notícia de existirem povoados com milhares de índios em cada um, sendo na maioria índios acostumados à agricultura e falantes de uma língua compreensível pelos

portugueses da Costa⁶, rapidamente levou à organização de bandeiras: as "frentes preadoras" contra as missões da então Província espanhola do Guairá.

Entre 1628 e 1632 diversas bandeiras varreram a região do Guairá (todo o centro e norte do atual Estado do Paraná), destruindo especialmente as missões jesuíticas, mas atacando também muitíssimas aldeias fora delas. Informações e estimativas variadas, da época dos acontecimentos, indicam em torno de 40 a 60 mil índios levados a São Paulo como escravos (Cf. Monteiro, 1994, p.68-79; Melià, 1993, p.82-89). E pelo menos 12 mil participaram da fuga organizada pelos jesuítas, descendo o Rio Paraná até seu curso médio (atual divisa entre Paraguai e Argentina, na região de Posadas). Quantos milhares morreram nos ataques, na viagem a pé até São Paulo e na fuga por centenas de quilômetros com parca alimentação, não é possível calcular.

Ao refundarem missões, com os sobreviventes, no médio Paraná, os jesuítas liderados por Antonio Ruiz de Montoya reuniam-se ao conjunto de dezenas de reduções que já se tinham fundado também mais ao Sul, incluindo mais de dez no atual território do Rio Grande do Sul.⁷ Não tardou a que os bandeirantes descobrissem os novos "celeiros" de indígenas escravizáveis, passando a atacar as reduções do Sul, o que fizeram intermitentemente até 1641, quando os indígenas, munidos de armas de fogo, puderam derrotar duas expedições bandeirantes, fazendo cessar os ataques dessa "frente".⁸

Frente pastoril

As reduções jesuíticas, então, floresceram, e em suas estâncias – nos campos naturais da zona da Campanha, mas também campos de cima da serra – o gado introduzido na "banda oriental do Uruguai", pelos próprios missionários, na década de 1630 (ver Bruxel, 1961), ao longo de pouco mais de um século se multiplicara até se tornar um contingente incalculável, vivendo livre ("alçado") naqueles campos.

Em 1750 firma-se o Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha, a respeito dos limites das possessões de cada um na América, finalmente revogando o Tratado de Tordesilhas. Pelo acordo, uma parte do Rio Uruguai se tornaria a divisa das posses na fronteira Sul, e isso implicava a transferência de sete reduções (Sete Povos) para a margem ocidental do Rio (terras de Espanha), em troca da entrega da Colônia de Sacramento pelos portugueses à coroa espanhola.⁹

Os indígenas dos Sete Povos recusaram-se à transferência, e os exércitos unidos de Portugal e Espanha lhes fazem guerra, até derrotá-los todos, em 1756. Abre-se caminho,

então, ao trânsito de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, indo à feira de Sorocaba, que abastecia então a região das Minas Gerais, seja com muares de transporte, seja com gado de corte.¹⁰

Entra, então, em ação, a "frente pastoril", que vai estabelecer uma rota permanente de gado do Rio Grande do Sul a São Paulo, sendo que, pelas necessidades desse tipo de atividade, vai firmando, ao longo desse trajeto, lugares de "invernar" o gado. Estabelecem-se, aos poucos, fazendas ao longo de todo o percurso, sempre ocupando campos naturais, como os da Vacaria, de Lages, de Curitiba, os Campos Gerais de Curitiba, Castro etc. Isso abre confronto direto com populações Xokleng, os senhores desses campos.

Ao mesmo tempo, a economia pastoril ainda em expansão precisa encontrar novos campos naturais, se possível, mais próximos do centro consumidor. Expedições militares vão ser dirigidas ao centro do Paraná, na busca de localizar e ocupar novos campos. Em dezembro de 1771, coroando uma série de explorações militares, uma tropa liderada por Afonso Botelho Sampaio e Souza chega aos Campos de Guarapuava, e faz contato com o "gentio Xaclan". Em janeiro de 1772, surpreendidos por uma emboscada dos índios, sete soldados são mortos, e a expedição retira-se às pressas do campo.

Levaria quase 40 anos para uma nova expedição entrar nos Campos de Guarapuava (dessa vez, de grandes proporções e fortemente armada). Antecedida por uma Carta Régia que declarava guerra (justa) aos índios dos Campos de Guarapuava e dos Campos de Lages,¹¹ uma Real Expedição de Conquista assenta seu quartel nos campos de Guarapuava em 1810, mas apenas dois anos depois consegue, por um estratagema, forçar contato com um grupo indígena. A partir de então, a Colônia Militar estabelecida funcionaria como respaldo para a ocupação da frente pastoril e, na sequência da expansão nos Campos de Guarapuava, seguem-se as tomadas dos Campos de Palmas (PR-SC, 1839), Campo Erê (PR-SC, 1840), Nonoai (RS, 1846), Campos do Xagu (PR, 1848), Campos Novos (SC, 1848), Guarita (RS, 1848), Palmeira das Missões (RS, 1850), Erechim (RS, 1853), Inhoó (PR, 1855).

A feira de Sorocaba continuava a ser o grande centro de comércio dessa produção, mas no século XIX já com pouca relevância para o serviço nas minas de ouro, passando a atender às demandas da produção cafeeira, sustentáculo do Império, inicialmente no Vale do Paraíba, expandindo-se, depois, para o Nordeste paulista e, aos poucos, em direção ao centro da Província.

Uma última façanha de frentes pastoris no Brasil Meridional foi o extermínio total e completo dos chamados Oti-Xavante, povo que habitava os campos ao longo da parte norte do

Rio Paranapanema. Com a descoberta dos chamados Campos Novos Paulistas, por volta de 1860, a ocupação pastoril logo deparou-se com os primeiros habitantes do lugar, e sua reação ao fato foi aquela comum a esse tipo de frente: o extermínio do indígena, seja porque os índios caçam o gado como uma nova fonte de alimentação, seja porque não interessa à frente pastoril incorporar os indígenas como mão de obra. Perseguidos e massacrados desde a década de 1870, os últimos Oti foram empurrados em direção a seus inimigos tradicionais, os Kaingang, e refugiaram-se na região do Laranja Doce, onde os últimos foram exterminados por fazendeiros no começo do século XX (cf. Nimuendajú [1910] 1982).

Frente agrícola.

No Sul, porém, a partir do segundo quartel do século XIX, seriam as frentes agrícolas, compostas de imigrantes, que avançariam sobre os territórios indígenas. No Rio Grande do Sul, primeiramente ao norte da capital, e em direção aos Campos de Vacaria, passando pelo Campo do Bugre, hoje Caxias do Sul, iniciando pela colonização alemã e italiana. Em Santa Catarina, o Vale do Itajaí receberia, a partir de 1850, grandes levas de colonos alemães, ao mesmo tempo que se iniciava também a colonização em Joinville. No Paraná, o final da década de 1820 veria chegarem os primeiros grupos de imigrantes alemães e, na sequência, em meados do século, franceses, italianos, suíços e outros mais. Em meados do século chegavam também, ali, os primeiros de milhares de imigrantes poloneses.

Não existia terra que fosse "de ninguém". Todas as colônias de imigrantes avançavam sobre terras das quais as populações indígenas eram expulsas antes ou mesmo depois da chegada dos novos ocupantes. Daí terem se produzido diversos conflitos, entre indígenas e imigrantes, em diversas regiões dos três Estados sulinos.

Novas frentes agrícolas atingiriam as populações indígenas do Sul, no final do século XIX e início do XX, enquanto as políticas de estímulo à imigração prosseguiam em vigor, e quando a República recém criada deu aos governos provinciais todo poder sobre as chamadas terras devolutas, dando maior margem a grilagens e apropriação de grandes áreas por empresas colonizadoras.

A expansão contínua do café, ininterrupta entre o segundo quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX, a partir do Vale do Paraíba em direção a Oeste, para o centro do Estado de São Paulo e, em seguida, adentrando o Norte do Paraná, empurra populações indígenas mais para Oeste, ou encurrala grupos resistentes, como os Kaingang do Laranjinha,

para os quais, em 1920 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ainda mantinha um Posto de Atração.

Por fim, os períodos de guerra na Europa e seus pós-guerra (décadas de 1910-30 e de 1940-50) também foram favoráveis à expansão da produção agrícola, provocando valorização de terras e invasão de terras indígenas.

Uma combinação de dois fatores, a saber, a expansão agrícola no pós-Segunda Guerra, e o revigoramento da produção cafeeira (passada a grave crise dos anos 30), faz avançar mais para Oeste a colonização de terras de floresta do Norte paranaense, atingindo o Noroeste do Estado, na região do baixo Rio Ivaí. A derrubada de milhares de hectares de mata para dar lugar a cafezais expôs à fome um dos últimos grupos indígenas caçadores-coletores do país: os Xetá (ou Hetá). Em meados da década de 1950 passaram a aproximar-se, famintos, das frentes de desmatamento das fazendas. Quando em 1961 o Presidente Jânio Quadros criou, por decreto, o Parque Nacional das Sete Quedas que, entre outras coisas, deveria garantir o território Xetá, já não havia nenhuma comunidade desse povo, e as terras a preservar já haviam sido loteadas por empresas colonizadoras. (cf. Helm, 1994; Mota, 2013). Os Xetá já eram, então, uma dezena de pessoas extraviadas por vários lugares do Estado, alguns em Postos Indígenas do SPI.

Frentes estratégicas

Por um lado, buscando garantir vias de comunicação da capital e dos centros econômicos do Império com a província longínqua do Mato Grosso (fronteira com os países de fala castelhana), e por outro, atento à disputa herdada por Brasil e Argentina da antiga rivalidade entre Portugal e Espanha no que respeita às fronteiras no Sul, Colônias Militares são planejadas para estabelecer ocupação estratégica do Brasil Meridional.

A Colônia Militar do Jataí, no Rio Tibagi (Norte do Paraná), foi instalada em 1855. Em 1859 mais duas Colônias foram estabelecidas legalmente, embora instaladas apenas em 1882: as Colônias Militares do Chopim (na atual Chopinzinho, Sudoeste do Paraná) e do Chapecó (na atual Xanxerê, Oeste de Santa Catarina).

Contemporaneamente, em 1858, por ordem imperial, criou-se a "Colônia Militar do Itapura", na altura em que o Rio Tietê deságua no Rio Paraná. No período em que operou (até 1870), militares da colônia tiveram algum contato com indígenas Cayapó do Sul, em cujo território a colônia foi instalada.

Em paralelo à instalação das Colônias Militares, a política de "aldeamentos" consistia em criar estabelecimentos oficiais (com alguma delimitação de terrenos) que abrigariam "índios mansos" para atuarem como apoio e anteparo contra os indígenas livres. Foi assim em Guarapuava, a par da Colônia Militar, a partir de 1812, e foi assim em Palmas, nas proximidades da "povoação" dos fazendeiros, a partir de 1837. Muitos outros aldeamentos foram criados no Sul (embora, diversos desses não tenham chegado a ser instalados), como os de Nonoai (RS), em 1848, no qual se pretendeu reunir todos os índios da Província; os de São Pedro de Alcântara, São Jerônimo, Loreto, Santo Inácio e Xagu, todos no Paraná, nas décadas de 1850 e 1860; Papanduva, em terras que hoje são catarinenses, em 1875; e alguns outros.

Frentes extrativas

No Sul do Brasil, dois tipos de frentes extrativas tiveram impacto sobre populações indígenas: a frente extrativa da erva-mate e a frente extrativa madeireira.

A extração do mate teve importante crescimento no Rio Grande do Sul em meados do século XIX (cf. Christillino, 2015), exatamente à medida em que as terras indígenas foram sendo "liberadas" e os indígenas do Planalto gaúcho passam a sofrer o controle do Estado. No Paraná, onde a produção de erva-mate já era importante, as exportações duplicaram já no segundo ano da chamada Guerra do Paraguai (1864-1870).¹² Nas décadas seguintes essa guerra ainda produzia impactos "positivos" na economia da erva-mate em nosso país, em razão da desorganização produzida na economia paraguaia. Santa Catarina também recebeu esse impacto, e a erva-mate chega à posição de 2o produto de exportação já em 1866. A expansão maior acontece na década seguinte, concentrada na região Nordeste do Estado (cf. Mafra, 2008).

Já o extrativismo da madeira tem expressão econômica primeiramente no Paraná, principalmente a partir das décadas de 1870, com a conclusão da Estrada da Graciosa, e de 1880, com a conclusão da ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá. Os momentos seguintes de crescimento dessa economia serão os períodos de guerra na Europa (I e II Guerra Mundial, de 1914 a 1918, e de 1939 a 1945) e os imediatos pós-guerras. Em parte, a própria Europa foi fornecedora de madeira para construções sofisticadas em países como Argentina e Brasil (por exemplo, o famoso "pinhos de riga"), de modo que, no período em que a guerra se alastra na Europa, o Brasil supre, em parte, a demanda argentina. Já nos momentos pós-guerra, com sua economia desorganizada, os países da Europa necessitam madeira para a reconstrução dos Estados, e serão países como Brasil e Argentina (essa, com muita madeira brasileira) que irão

suprir tal demanda. E uma vez que o pinheiro ou araucária (acrescida da imbuia) representava a maior parte das exportações de madeira do Estado, isso implicou, sobretudo no século XX, em maior cobiça sobre as terras e riquezas das terras indígenas do Paraná.¹³

Frentes de Expansão em Santa Catarina

Também para Santa Catarina não é simples sugerir um quadro da distribuição da população indígena à época da chegada de Cabral na Bahia. Ainda assim, arrisco apresentar uma imagem, mesmo que simplificada (ver Figura 2).

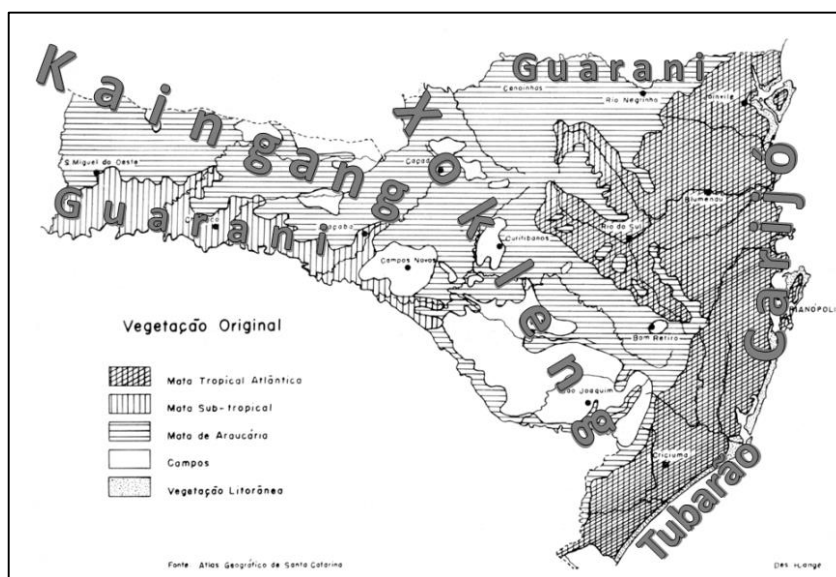


Figura 2: Povos Indígenas em Santa Catarina em 1500

Frentes estratégicas

Consolidada a ocupação militar em Guarapuava, o comandante da Colônia Militar envia uma missão de exploração para a descoberta de um caminho direto às chamadas "Missões" riograndenses (a região dos antigos Sete Povos). O alferes Athanagildo Pinto Martins se desincumbe da tarefa, atravessando e, assim, descobrindo os Campos de Palmas, entre outros, em 1819.

Em 1840 o governo da Província estabelece um aldeamento em Palmas, que vai cumprir exatamente o papel previsto para os aldeamentos de "índios mansos" (cf. D'Angelis 1983). Em 1855 também no Xapencó se estabelece um outro aldeamento para os Kaingang.¹⁴

Em 1845, menos de uma década depois da ocupação dos Campos de Palmas, uma nova expedição, dirigida por Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho do ex-Comandante da Colônia de Guarapuava, abre um picadão que liga Palmas aos Campos de Nonoai, na margem

Sul do Rio Uruguai. Rocha Loures contou com a colaboração de Vitorino Condá, que se tornaria depois famoso por ser colaborador dos governos provinciais do Paraná e do Rio Grande do Sul, dos quais recebia soldo como Major. Com a ajuda de Condá se obtém a concordância do Cacique Nonoai, e uma estrada finalmente é aberta ligando, por ali, o Rio Grande do Sul a São Paulo.¹⁵

No ano seguinte, um irmão de Rocha Loures, chamado João Cypriano, é nomeado como primeiro Diretor de um Aldeamento em Nonoai, e poucos anos depois foi acusado pelos índios de roubar-lhes parte de suas terras (cf. Veiga & D'Angelis, 2013). Em 1848 padres jesuítas, liderados pelo Padre Bernardo Parés, passaram a missionar os Kaingang naquele e em outros aldeamentos da Província.

As outras duas frentes estratégicas que atingem a região – e tem reflexos na vida indígena – ainda no século XIX são a instalação de uma Coletoria do Tesouro Nacional, em 1861, no (rio) Xaçecó, e a instalação da Colônia Militar do Xaçecó (em Xanxerê), em 1882.

Frentes pastoril, agrícola e extrativista

Como vimos anteriormente, a frente pastoril avançou sobre os campos, no seu trajeto de trânsito de tropas do Rio Grande do Sul para São Paulo, e em 1808 os Xokleng (ou *Botocudos de Lages*) sofreram uma declaração de guerra justa, assinada pelo Príncipe Regente, Dom João VI, tão logo chegado ao Brasil (na fuga da família real das tropas napoleônicas). Como consequência das ações daquela frente, respaldada pelo governo português, os Xokleng não tiveram como resistir em seus campos, e migraram em direção às florestas da Serra Geral e à Serra do Mar (ver Figura 3).

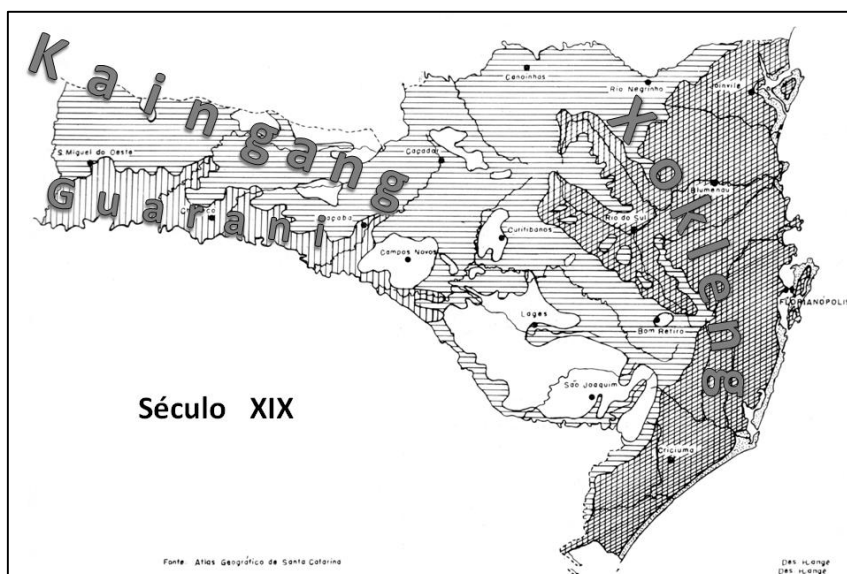


Figura 3: Povos Indígenas em Santa Catarina em 1850

Ali os Xokleng seriam alcançados, quatro décadas depois, pelas frentes agrícolas, compostas por colonos imigrantes, para os quais foram destinadas terras de mata, boas para agricultura. Um ou outro ataque indígena, e o temor geral de sua presença e proximidade, levaram autoridades locais e companhias colonizadoras a remunerar tropas dos chamados "bugreiros", especializados em caçar e exterminar aldeias. Suas ações se estenderam, contra os Xokleng, até pelo menos a segunda década do século XX.

No atual Oeste Catarinense a frente pastoril havia ocupado os Campos de Palmas e do Campo Erê, em 1837 e 1840, respectivamente, e seria responsável pela fixação de um caminho de tropas vindo do Rio Grande em direção a São Paulo, pelo coração do território kaingang. Caciques como Condá e Viry foram cruciais para a garantia da ocupação por essa frente. O estabelecimento dessa rota perene, praticamente na década de 1850, não apenas descobriu mas criou as condições para a exploração econômica dos ervais nativos na região do Passo do Carneiro (depois, Passo Bormann), sobretudo a partir da década de 1860.

Ainda uma consequência – digamos, tardia – da frente pastoril que se estabeleceu nos Campos de Palmas, foi o contato (em 1914) e posterior perseguição a um grupo Xokleng na região de General Carneiro, depois reencontrado no Rio dos Pardos (cf. Gomes, 2010).

Como já dito, o Estado e, em especial, a região Oeste, sofreriam ainda a presença de novas frentes agrícolas, durante a I e a II Grande Guerra e nos anos posteriores a elas. Particularmente a expansão agrícola, aliada à expansão da atividade extrativista madeireira, no segundo Pós-Guerra, foi altamente nociva às comunidades indígenas e suas terras no Estado (bem como nos outros Estados do Sul e, em particular, no Paraná). As únicas terras indígenas então reconhecidas e, supostamente, protegidas, sofreram drástica redução. Só a área do Xapecó terá perdido bem mais de 10 mil hectares ilegalmente (para constituir as localidades hoje conhecidas como Bom Jesus, Entre Rios e Abelardo Luz), entre outros trechos.

Passados os episódios de esbulho oficial das suas terras, os indígenas em Santa Catarina passaram a sofrer outra forma de pressão da frente pastoril: o arrendamento de suas terras para agricultores não-índios, pelo SPI (e posteriormente pela FUNAI) e o estímulo que isso significou também para invasões de terras indígenas por colonos sem terra. Finalmente, na década de 1970, a própria FUNAI fez o papel de frente agrícola e de frente extrativista, implantando grandes projetos de lavouras mecanizadas nas terras indígenas e igualmente

projetos de corte e venda da madeira de pinheiros, captando recursos para sua burocracia (sem mencionar os desvios pela corrupção generalizada de então no órgão).

O último passo nesse processo crescente de internalização nas aldeias não apenas das consequências, mas também do pequeno beneficiário das frentes agrícolas, é o predomínio que vai se estabelecendo de caciques corruptos, arrendatários de terra indígena, ora com a complacência, ora com a incompetência, ora com a omissão da FUNAI e do Ministério Público.

Frente de Grandes Empreendimentos

No chamado Meio Oeste, o Vale do Rio do Peixe e o Nordeste do Estado sofreram as consequências do grande projeto da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, cujas obras se estenderam, na região, pelo menos entre 1908 e 1912. Deixo de discorrer, aqui, sobre a contribuição direta do empreendimento da ferrovia (e de seu empreendimento associado estratégico: a serraria Lumber, uma frente extrativista de madeira) para o desencadeamento da chamada "Guerra do Contestado" (1912-1916). Independente daqueles fatos bélicos, o empreendimento teve impacto sobre muitas comunidades indígenas que ainda viviam livres na região. Deve-se manter em mente que os Xokleng só fizeram contato pacífico com os funcionários do SPI em 1914, tanto em General Carneiro (PR) como no Rio Plate (SC).

Alguma coisa sobre as respostas indígenas às frentes de expansão

A segunda metade do século XVI foi marcada pela penetração portuguesa no litoral paulista e pela ação da frente preadora bandeirante, atuando contra grupos Tupi e, especialmente, varrendo a Costa Sul da população Carijó. E como já foi dito, na primeira metade do século XVII as ações bandeirantes priorizaram o ataque às reduções jesuíticas, inicialmente no Guairá e, depois, no Tape (RS). A escravização dos Carijó não se encerrou por isso, a tal ponto que, se no século XVI os indígenas escravizados eram denominados "*negros da terra*" (sendo "negro" o sinônimo de escravo). No século XVIII, no interior paulista, o termo mais corrente para designar escravo era "*carijó*" (cf. Monteiro, 1994).

As reações indígenas foram o levante que a história chamou de "Confederação dos Tamoios" (cf. Prezias, 1991), mas também a fuga, o afastamento do litoral, em direção a Oeste, na busca de lugares mais inacessíveis aos invasores europeus.

Nos séculos XVIII e XIX observa-se tanto o incremento das frentes de expansão colonial, como o crescimento da administração colonial portuguesa, de forma que, tanto os

embates com indígenas recrudesceram, como as reações indígenas passaram a ser mais documentadas. São inúmeros os episódios em que grupos indígenas fizeram frente ao avanço dos colonizadores, e não haveria espaço, nem o escopo deste trabalho, enumerá-los. Citarei, no entanto, alguns, por uma ou outra característica que os torna singulares.

Um dos episódios mais importantes, nesse aspecto, foi a mencionada expulsão da expedição comandada por Afonso Botelho Sampaio e Souza, que entrou nos Campos de Guarapuava em 1771 (cf. Sousa, [1772] 1962). Sua importância reside tanto no fato de que a reação indígena retardou, em quatro décadas, a pretensão portuguesa de ocupar os campos de Guarapuava, como no fato de que essa expedição produziu um dos mais valiosos documentos iconográficos de população indígena no Brasil, e efetivamente um dos primeiros.¹⁶ Vale dizer que, antes desse registro, só se conheciam as gravuras de ilustradores europeus, como Theodor de Bry, baseados em relatos, para ilustrar obras como de Jean de Léry e Hans Staden (na segunda metade do século XVI), e as pinturas do holandês Albert Eckhout, no Nordeste brasileiro, na primeira metade do século XVII. No caso específico dos povos Jê, trata-se do primeiro registro com valor etnográfico, a começar pelas imagens das vestimentas tradicionais kaingang feitas de fios de fibra de urtiga (cf. Belluzzo et al., 2003).¹⁷

A gravura é uma imagem da Prancha 38 (aqui reproduzida em preto e branco), que representa o momento do ataque dos indígenas que tirou a vida de 7 soldados da expedição.



Figura 4: Prancha 38, de Joaquim José de Miranda, retratando os fatos do dia 8 de janeiro de 1772: ataque do "gentio Xaclan" à expedição de Afonso B. Sampaio e Sousa

Nos mesmos campos de Guarapuava, a Real Expedição de Conquista, que ali entrou em 1810, enfrentou ferrenho ataque indígena, apenas resistindo por estar entrincheirada e muito fortemente municada de canhões e toda artilharia. Em função disso, somente em 1812 os militares conseguem estabelecer comunicação com um grupo de indígenas, usando como recurso o sequestro de seu principal (cf. Lima, [1821] 1943). O que é singular, no ataque a Guarapuava em 1810, é o fato de transcender estritamente da perspectiva indígena Jê: ao observar o abarracamento militar no campo, e avaliar seu poder de ataque e defesa, por esses ou por mais motivos que jamais poderemos saber, os índios decidem-se por propor uma aliança ao destacamento português. Visitam-nos e oferecem mulheres aos potenciais cunhados e genros. Ocorre que a moral católica portuguesa não toleraria essa forma de relação (ou seja, união de cristãos com infiéis) e, menos ainda, simples relações sexuais com tais mulheres. Para garantir isso, ademais, a Expedição contava com um capelão, o Pe Francisco das Chagas Lima. Tudo isso fica muito claro em um relato contemporâneo, assinado pela Câmara da Vila de Castro, em dezembro de 1826, pouco mais de quinze anos depois dos fatos relatados:

... dali sahiu-se ao Campo e se fundou outra Povoação ou Acampamento, a que se deu o nome Atalaia. Estando a gente neste ponto, fazendo cazas, sendo o comandante dos mesmos o Cap. Antonio da Rocha Loures, ora existente na dita Expedição, vieram os Indios com suas mulheres e as derão a todos os individuos, que ali se axavão, a cada hum huma daquellas mulheres, em mostras de paz e amizade e se forão; logo que eles sahirão, fez o dito Rev. Chagas hum sermão a tropa, intimando-lhes sob pena de Excomunhão, se tivessem copula com taes mulheres: o soldado Manoel Pereira de Magalhães, quebrantou este preceito, os demais consta se abstiverão: ao terceiro dia, vierão os Indios, chegarão muito risonhos e dahi a pouco se lia nos semblantes dos mesmos, a indignação com que estavam por os nossos não terem aceito seus brindes. No tempo da Expedição de Afonso Botelho fizerão o mesmo. Todo o afago dos selvagens só em direitura de Magalhães e a rapariga que antes pertenceu o tomou as costas e com ele se meteu no meio dos seus, que se os nossos não o acodem, levavam para o mato e tomado que foi, os mesmos se forão e dali a quinze dias, pelas quatro horas da madrugada, avançarão ao Campamento pelos quatro planos que se dentro não estivesse a Tropa Curitibana, decerto perecerião. O número dos soldados montava a 36, o dos Indios segundo a melhor opinião chegava a dois mil; pelejarão thé duas horas da tarde e retirarão-se com muitos mortos e feridos. (Franco 1943, p. 217-218).

Outro episódio revelador das estratégias que os indígenas foram desenvolvendo registra-se em Palmas, em 1843: um grupo, liderado por Vaiton, insurge-se contra os "índios mansos" liderados por Viry, ou seja, os índios do Aldeamento de Palmas, que cumpriam o papel de garantia e apoio à ocupação dos fazendeiros naqueles campos. Os fazendeiros, no entanto, são despertados pelo alarido do aldeamento próximo, e saem em socorro dos índios seus aliados, rechaçando os atacantes, com o concurso de suas armas de fogo (cf. D'Angelis, 1983). Contextos como esse, que se repetiram em outras regiões do Sul do Brasil, produziram o que, naquele momento, ainda se poderia chamar de estranha situação, na qual um grupo indígena aproxima-se mais e mais dos invasores de seu território porque, ao mesmo tempo em que, em certa medida, esse grupo indígena é garantia da ocupação da terra pelos fazendeiros, os fazendeiros são, para esses indígenas, aliados cruciais e garantia contra os grupos (que já seriam ou se tornaram) seus inimigos. É óbvio que os grupos indígenas que poderiam ser apontados como "colaboracionistas" representavam uma das posições ou facções constituídas na tensão estabelecida a partir do avanço de frentes de expansão em territórios indígenas. Os brancos não eram nem poderiam ser percebidos, por eles, como ponto avançado de um Estado Nacional ou como representantes de uma enorme e inesgotável rede de células locais guardando fidelidade entre si. Como no confronto com outros grupos locais, os Kaingang e Xokleng avaliaram as possibilidades de estabelecer aliança com o grupo humano invasor do seu território; alguns consideraram esse o melhor caminho, outros se voltaram contra ele.

Outro fato relevante, na escalada de violência, registra-se em 1856, quando alguns pequenos grupos kaingang, liderados por Nicafin e Manoel Grande, atacam uma fazenda que

ocupava terras do Campo do Erexim, matando o fazendeiro e outras pessoas. A ação havia sido precedida de avisos e, até mesmo, de queixa dirigida ao governo provincial. A resposta a essa ação indígena foi uma perseguição implacável mobilizada pelas autoridades, envolvendo a participação de "índios mansos" e da Guarda Nacional. Uma vez alcançados e presos, os líderes do ataque foram sumariamente executados, a sangue frio (cf. D'Angelis, 1984, p.19-24). O caso revestiu-se de caráter exemplar, como resposta e punição aos indígenas que ainda ousassem afrontar e tentar obstaculizar o avanço das frentes de expansão.

Destaco ainda um caso – já no princípio do século XX – em que os códigos indígenas foram rompidos ou desrespeitados (mesmo que por desconhecimento), resultando em um ataque. Trata-se do famoso episódio em que morreu o sertanista do SPI, Fioravante Esperança, no Posto Indígena criado para atrair os "Botocudos de Palmas" (ou seja, os Xokleng arredios da região do Rio Jangada, pouco ao sul das atuais cidades de General Carneiro e Matos Costa, atualmente divisa entre o Paraná e Santa Catarina). Incompatibilizados há tempos com os criadores de gado, os Xokleng sofriam ameaças constantes do fazendeiro Candido Mendes. No mês de setembro de 1915, em uma oportunidade em que almoçavam no Posto com o sertanista Fioravante, o mencionado fazendeiro, acompanhado de um outro, chegou para uma visita. Agindo segundo a hospitalidade brasileira, o funcionário do SPI convidou os fazendeiros para comer juntos, o que eles aceitaram. Para os índios, no entanto, isso funcionou como um ato de revelação. Na síntese publicada em um *Boletim do SPI*, interpretando a etiqueta xokleng: "*Quem come junto é aliado e irmão (...). Portanto, os empregados do posto devem ser, como aquele fazendeiro, inimigos dos índios*". Dissimulando seu intento, os índios aos poucos organizaram um ataque, matando todos os brancos, à exceção de um cozinheiro que conseguiu fugir. Fiel à famosa divisa de Rondon, Fioravante Esperança teria sido morto pelas bordunas xokleng, sem retirar o revólver carregado do cinto (cf. Ribeiro, 1986, p.160-161).

Voltando ao século XIX, para concluir a linha temporal, verifica-se que, as pressões para desalojamento de grupos indígenas se tornam política oficial. Já se mencionou, anteriormente, a "guerra justa" declarada por Carta Régia de 1808 aos "bugres" e "botocudos" dos Campos de Curitiba e Guarapuava e que "infestavam" todos os terrenos a Oeste da Estrada da Faxina até Lages (ver, em Apêndice, um extrato das principais passagens desse documento). Uma segunda Carta Régia, de 1º de abril de 1809, anunciou a deliberação real de "povoar os Campos de Guarapuava", falando em "civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território". Nela, o Príncipe Regente afirma não ser de acordo com seus princípios,

querer estabelecer sua autoridade "nos Campos de Guarapuava e território adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os Índios, extirpando as suas raças". No entanto, reafirmou a possibilidade de declaração de guerra justa pelo Comandante da Expedição Real, autorizando bandeiras com direito ao aprisionamento de indígenas e sua escravização por 15 anos. Essas cartas, e outras semelhantes para outras partes do país (como a que declarou guerra justa aos "Botocudos de Minas Gerais"), abriram espaço a práticas de extermínio puro e simples de grupos indígenas, e ao estabelecimento da cultura de "pegar índia a laço" (ou "a cachorro", conforme a versão que corra em cada região), de modo que chega a ser impressionante o número de famílias brasileiras em que se pode ouvir essa expressão, nas memórias sobre um avô ou bisavô.¹⁸

Na sequência (e como consequência) dessas políticas, regiões como o Norte e Nordeste de Santa Catarina conheceram – entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX – a ação dos famigerados "bugreiros", gente conhecedora dos hábitos e práticas indígenas, capazes de realizar uma ação armada contra uma aldeia sem sofrer nenhuma baixa, ora exterminando um grupo inteiro, ora exterminando homens, velhos e crianças recém nascidas, e aprisionando mulheres e crianças maiores, que eram, então, comercializadas na região. Em parte, sobretudo na primeira metade do século XIX, alguns grupos indígenas foram igualmente instrumentalizados para desempenhar esse papel a serviço de Governos Provinciais. Tanto São Paulo (e o Paraná, após sua emancipação em 1853) como o Rio Grande do Sul pagaram soldos regulares e municiaram com armas de fogo a alguns caciques, para reprimirem outros grupos indígenas que causassem problemas aos colonizadores em alguma região. O caso mais famoso é do Cacique Vitorino Condá, da região da Guarapuava, que gozou do título de Major da Guarda Nacional: Condá viveu e atuou em Palmas, a partir de 1840, depois no Xapecó, em Nonoai (de 1847 a 1856), e de volta ao Xapecó, onde atuou até falecer, em 1870 (cf. D'Angelis, 1984, p.10-17, 23-35; D'Angelis & Fokâe, 1994, p.16-27).

A partir da segunda metade do século XIX, algumas lideranças indígenas percebem a impossibilidade de impedir o avanço das frentes de expansão da economia portuguesa sobre seus territórios. Ao mesmo tempo, tomam contato e conhecimento com o regime fundiário da sociedade dos não-índios, baseado na propriedade e registro das terras (ao menos a partir da Lei de Terras, de 1850). Suas queixas contra "invasões" de seus campos por fazendeiros não surtem qualquer efeito, porque aos olhos das autoridades provinciais, eles efetivamente não possuíam terras. As exceções foram alguns terrenos de Aldeamento da primeira metade do

século, como em Guarapuava (onde houve até uma sesmaria destinada aos índios) e Palmas, mas em ambos os casos, quando os índios entenderam que havia terras oficialmente delimitadas para eles, e que isso teria valor jurídico, tais terras já estavam tomadas pelos fazendeiros (ver D'Angelis, 1984, p.16-19). Semelhante situação ocorre em Nonoai, cujo aldeamento foi criado em 1846, e definido em 1848, pelo governo provincial, como local para reunirem-se todos os indígenas do Rio Grande do Sul. Em função disso, teve as terras demarcadas em 1854, mas essa demarcação não teve efeito sobre invasores, a começar por João Cypriano da Rocha Loures, primeiro Diretor do Aldeamento (cf. Veiga & D'Angelis, 2013, p.65-68).

Assim, em 1869 o próprio Vitorino Condá vem a ser o primeiro líder kaingang a reivindicar pessoalmente, diretamente do Governo do Paraná, "*um terreno de campo*" para morarem e terem seus animais. No entanto, foi somente em 1902 que o governo do Paraná decretou uma área para os índios do Xapecó, quando já havia emitido título para diversas fazendas, que ocupavam pelo menos um terço do espaço definido no decreto. Em 1908, foi a vez dos Kaingang de Nonoai, cujas terras demarcadas em 1854 não recebiam qualquer respeito ou proteção, irem ao governo de Porto Alegre solicitar ao governo uma "diminuição" da área, mas com garantia para eles. As terras foram, então, efetivamente redefinidas (para menor) e demarcadas (Cf. CIMI Regional Sul, 1978, p.1-2).

O período mais intenso de demarcações de terras, no Sul, foi o das três primeiras décadas do século XX. Demarcar uma pequena área para os índios significava, de fato, liberar a maior parte das terras à colonização (a essa época, pelas frentes agrícolas principalmente). Porém, mesmo entre as áreas demarcadas, aquelas um pouco maiores sofreriam processos de esbulho (oficial e não-oficial), sobretudo entre o pós-guerra da segunda metade da década de 1940 até meados da década seguinte, e verdadeiras invasões por movimentos organizados, entre fins dos anos 50 e meados da década de 1960. As áreas – antes demarcadas – mais afetadas foram Xapecó e Ibirama, em Santa Catarina; Nonoai, Guarita, Votouro, Serrinha e Ventarra, no Rio Grande do Sul; Mangueirinha, Apucarantina, Ivaí, Faxinal, Queimadas, Boa Vista e Rio das Cobras, no Paraná.

Foi somente na década de 1970 que surgiu um movimento indígena de âmbito nacional, desencadeado pelas Assembléias de Chefes Indígenas promovidas pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos, a CNBB. Consequência desse movimento foi a tomada de consciência, por sociedades indígenas do norte do país, dos riscos que corriam no caminho traçado pelo capitalismo

dependente brasileiro, descortinando seu futuro na trágica situação dos seus contemporâneos parentes, os índios do Sul e do Mato Grosso do Sul. E ao mesmo tempo, a tomada de consciência dos índios do Sul e Mato Grosso do Sul do tamanho das perdas que haviam sofrido historicamente ao ser forçados, ou ao aceitar por ingenuidade as alianças e pactos com o mundo dos *brancos*. E, para ambos, do Sul e do Norte, uma nova consciência a respeito de direitos e uma nova compreensão do seu lugar social em um país (ao menos de fato, se não de direito) multiétnico.

Tal consciência desembocaria em ação. Em janeiro de 1978 os Guarani de Rio das Cobras (depois, secundados pelos Kaingang), liderados pelo cacique Valdomiro Pires de Lima, começaram a expulsão de grandes e pequenos invasores de suas terras. A FUNAI, que fora conivente com as políticas de arrendamento herdadas do SPI, diante do impacto na opinião pública, não viu outra alternativa senão respaldar os indígenas e pedir, para eles, o apoio do Exército.

Impacto maior ainda viria com a ação dos Kaingang de Nonoai, em maio de 1978, liderados pelo Cacique Nelson Jacinto Xangrê. Cerca de mil indivíduos indígenas realizaram a expulsão de mais de 1300 famílias de não-índios, que já contavam com pelo menos cinco escolas e cinco igrejas construídas dentro da terra indígena. No ano seguinte a ação dos mesmos índios voltou-se contra a exploração de suas terras por grandes lavouras da FUNAI, que havia transformado as terras indígenas em fonte de renda para sua burocracia.

O avanço das ações e lutas indígenas no Sul viria com as lutas por reconquista de áreas usurpadas no passado, algumas demarcadas anteriormente, outras não. Entre essas últimas esteve a do Toldo Chimbangue, cuja população, dispersa e vivendo como agregados em seu próprio território, em 1982 passou a reivindicar a demarcação de uma terra de sua ocupação tradicional na beira do Rio Irani. A história do Toldo Chimbangue, por si só, constitui um caso exemplar de comunidade indígena que encontrou formas de sobrevivência, sem abandonar suas terras, em um embate secular com os especuladores e colonizadores negociantes de lotes para colonos, e em confronto com os próprios colonos, neo-ocupantes do território com amparo em leis e respaldo de todas as autoridades constituídas (cf. Gaiger, 1985). Enfrentando todo tipo de oposição, de todas as forças regionais tradicionalmente anti-indígenas (dos Prefeitos aos Deputados da região; das autoridades policiais à Câmara de Vereadores; da principal emissora de TV ao Governador do Estado), os Kaingang do Chimbangue lutaram por anos, com apoio do CIMI e do Bispo de Chapecó, até a conquista de um decreto presidencial que lhes devolveu a metade das terras reivindicadas, em dezembro de

1985 (cf. D'Angelis, 1984; CIMI Regional Sul, 1985-1987). Em 2002 os Kaingang conquistaram o reconhecimento administrativo da outra metade da terra reivindicada.

A luta do Chimbangue repercutiu no Oeste e no Norte do Rio Grande do Sul, despertando outras comunidades indígenas que, nos mesmos anos, reconquistaram integralmente áreas como Serrinha e Ventarra, e partes esbulhadas das terras de Votouro e de Inhacorá. Em alguns casos, a luta também se arrastou por muitos anos, com as comunidades estabelecendo acampamentos nas terras reivindicadas, como foi o caso do Toldo Imbú, parte das terras usurpadas dos índios do Xapecó no final da década de 1940. A reivindicação oficial dos Kaingang à FUNAI, pela devolução do Chimbangue, data de 1984 (ver D'Angelis & Fokâe, 1994 - Documento 07), embora já na década anterior os indígenas tivessem apontado à FUNAI seu interesse em recuperar a terra. Nas década de 90, finalmente, os índios decidem-se por acampar nas terras, diante das protelações da FUNAI, e após anos de ocupação, conquistam, em 2007, a assinatura de uma Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça. A FUNAI, porém, não colocou qualquer empenho para a implementação da área indígena, e o ato do Ministro foi contestado judicialmente, recebendo uma decisão favorável em Tribunal Regional de Porto Alegre em 2012.

Entre o final do século XX e o final da primeira década do século XXI, diante do fato irreversível das reconquistas de terras pelos indígenas no Sul, recrudesceram as práticas de aliciamento e corrupção de caciques indígenas para, em associação com não-índios, promover o arrendamento de terras indígenas. As terras do Xapecó, no Oeste Catarinense, não escaparam disso. Trata-se de um processo que já sofreu alguma ação repressiva, mas que costuma ser escamoteado e camuflado como prestação de serviços e outros mecanismos, sem que o Ministério Público ou a FUNAI estabeleçam formas efetivas de impedir tal processo, que é ilegal nos atuais marcos legais.

O próximo movimento indígena no Sul do Brasil, espera-se, seja de uma juventude indígena mais politizada e – paradoxalmente – mais próxima, porém mais imune aos pequenos interesses capitalistas da sociedade nacional envolvente; uma juventude indígena capaz de perceber o quanto as comunidades indígenas ganhariam – em dignidade, em respeito, em admiração e em perspectiva de melhor futuro – se voltarem-se para seu enorme patrimônio histórico, cultural e linguístico, fortalecerem seu orgulho étnico, e ajudarem a construir um país verdadeiramente pluriétnico.

Referências

- AMOROSO, Marta. Mudança de hábito. Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 37, p. 101-114. São Paulo, 1998.
- _____. “Entre os Selvagens do Brasil”. Ensaios e Memórias dos Frades Capuchinhos sobre os Aldeamentos Indígenas do Império (1844-1889). GT: Povos Indígenas - saberes coloniais, práticas de mediação e processos de construção da alteridade. *XXVI Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, 22 a 26 de Outubro de 2002.
- AZEVEDO, Ferdinand, Pe. Jesuítas espanhóis no Sul do Brasil (1842-1867). *Pesquisas - História*, n. 24. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes et alii. *Do contato ao confronto. A conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Manuscritos da Coleção De Angelis - Vol. I - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*. Introdução, notas e glossário: Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- _____. *Manuscritos da Coleção De Angelis - Vol. IV - Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Introdução e notas: Helio Vianna. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.
- BRUXEL, Arnaldo. O gado na antiga Banda Oriental do Uruguai - II Parte. *Pesquisas - História*, n. 14. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1961.
- _____. *Os trinta povos guaranis*. (2a. ed.). Porto Alegre: EST, Nova Dimensão, 1987.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. A Língua Geral em São Paulo. In S.B. de Holanda, *Raízes do Brasil*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956, p. 173-188.
- CIMI REGIONAL SUL. Nonoai - 1978: em busca de seus caminhos livres. *Luta Indígena*, n. 6. Xanxerê: CIMI Regional Sul, 1978.
- _____. *Informe Chimbangue*, n. 1 (fev.1985) a n. 11 (jan.1987). Xanxerê: CIMI Regional Sul, 1985-1987. Disponível no Portal Kaingang, em: http://www.portalkaingang.org/Downloads/Informe_Chimbangue_1985_1987.pdf
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Uma riqueza nas matas do Rio Grande: o extrativismo, os fazendeiros e os trabalhadores do mate no século XIX. *SÆCULUM - Revista de História*, v. 33, p. 225-241.
- D'ANGELIS, Wilmar R. Viry e a revolta de Vaiton - Palmas 1843. *Luta Indígena*, n. 19, p. 2-12. Xanxerê, SC: CIMI Regional Sul, 1983.

- _____. *Toldo Chibangue. História e luta kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: CIMI Regional Sul, 1984. Disponível no Portal Kaingang, em:
http://www.portalkaingang.org/Downloads/Chibangue_historia.pdf
- D'ANGELIS, Wilmar R. & FOKÂE, Vicente Fernandes. Toldo Imbú. O cacique Condá, os índios do Xapecó e as terras do Imbú. *Cadernos do CEOM - Série Documento*, n. 3. Chapecó: UNOESC, 1994. Disponível no Portal Kaingang, em:
<http://www.portalkaingang.org/Downloads/imbu.pdf>
- GAIGER, Julio Marcos Germany. *Toldo Chibangue. Direito kaingang em Chapecó - Análise jurídica*. Xanxerê, SC: CIMI Regional Sul, 1984. Disponível no Portal Kaingang, em:
http://www.portalkaingang.org/Downloads/Chibangue_juridico.pdf
- GOMES, Iraci Pereira. *Os Xokleng do Rio dos Pardos*. Maringá: UEM, 2010. Dissertação de Mestrado em História. Disponível em:
<http://www.pph.uem.br/novo/sistemas/detalhe.php?id=58>
- HELM, Cecília Maria Vieira. Os Xetá: a trajetória de um grupo Tupi-Guarani em extinção no Paraná. *Anuário Antropológico/92*, p 105-112. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- LIMA, Francisco das Chagas, Pe. Estado actual da conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. In Arthur M. Franco, *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 233-268.
- MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate - Região Sul do Vale do Rio Negro*. Canoinhas, SC: Universidade do Contestado, 2008.
- MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido. Ensayos de Etnohistoria*. (3a ed.). Asunción: Centro de Estudios Antropológicos - Universidad Católica, 1993.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Alguns dados para a história recente dos índios Kaingang. In Georg Grünberg (coord.), *La situación del indígena en America del Sur*. Montevideo: Tierra Nueva, 1972, p. 381-419.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *Os Xetá no vale do rio Ivaí: 1840-1920*. Maringá: Eduem, 2013.
- NADOLNY, Samantha. *A importância econômica do mate para o Estado do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2014.

- NIMUENDAJÚ, Curt. O fim da tribo Otí (1910). In C. Nimuendajú, *Textos Indigenistas*. Introdução: C. de Araújo Moreira Neto; Prefácio e coordenação: Paulo Suess. São Paulo: Loyola, 1982, p. 33-40.
- PREZIA, Benedito. *A guerra de Piratininga*. São Paulo: FTD, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. (5a ed.). Petrópolis: Vozes, 1986.
- REGO MONTEIRO, Jonathas do. *As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul*. Separata dos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- SAMPAIO E SOUSA, Afonso Botelho de. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 76, 1956. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1962.
- TESCHAUER, Carlos, Pe. A catechese dos índios Coroados em S. Pedro do Rio Grande. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, ano XXI, p. 129-168. Porto Alegre, 1905.
- VEIGA, Juracilda & D'ANGELIS, Wilmar R. Presença caingangue e penetração europeia no norte rio-grandense até o século XIX. In J.C. Tedesco & H.A. Kujawa (orgs), *Conflitos agrários no Norte gaúcho: índios, negros e colonos - vol. VI*. Porto Alegre: Letra & Vida; Passo Fundo: IMED, 2013, p. 57-81.

APÊNDICE

Principais passagens de: Carta Régia de 05.nov.1808, sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava

Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania infestados pelos índios denominados Bugres (...) de maneira tal que em todo o terreno que fica ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando (...) sendo-me tambem igualmente presentes os louvaveis fructos que tem resultado das providencias dadas contra os Botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza

e lhes faça conhecer os bens da sociedade (...) tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldear-se (...) até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordenar-vos (...) deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros Indios (...) com a menor despeza possivel da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Indios infestadores do meu território; procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum desses Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier (...). Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1808. PRINCIPE

¹ De fato, havia padres e irmãos de diversas nacionalidades, a começar pelos italianos Cataldini e Mascetta, fundadores de Loreto e de Santo Ignácio, em terras hoje paranaenses, nas margens do Paranapanema. No entanto, todos integravam a Província Jesuítica do Paraguay, em terras de domínio da coroa espanhola.

² Na documentação jesuítica da época, os grupos não-Guarani incorporados às missões são referidos pelas seguintes denominações: *Camperos*, *Cavelludos* ou *Coronados*, *Gualachos* ou *Ybiraiyaras*, *Chiquis* ou *Chequis* (Portal Kaingang: http://www.portalkaingang.org/index_povo_2.htm). Eram integral ou quase integralmente Jê as populações das reduções de São Francisco Xavier e Encarnación, no médio Tibagi, e de Nuetra Señora de la Concepción de los Gualachos, já no Campo de Guarapuava (cf. Biblioteca Nacional, 1951).

³ A título de exemplo, apenas no volume IV dos *Manuscritos da Coleção de Angelis*, referente às reduções jesuíticas do Tape (1611-1758) contam-se duas dúzias de referências a pestes (cf. Biblioteca Nacional, 1970).

⁴ Registre-se que nas décadas de 1960 e 1970 os Kaingang, no Sul do Brasil, sofreram os impactos disruptivos da ação missionária do Summer Institute of Linguistics, a partir de uma Missão Cristianismo Decidido, na Terra Indígena de Rio das Cobras (PR) e do Centro de treinamento instalado na Terra Indígena Guarita (RS).

⁵ É importante registrar que há uma vasta correspondência jesuítica do período, sobretudo com as autoridades provinciais, com registros valiosos sobre a população indígena do Alto Uruguai e sobre as frentes de expansão da sociedade nacional naquele território à mesma época.

⁶ Não se deve esquecer que os bandeirantes paulistas e suas famílias falavam cotidianamente o Tupi; vários deles sequer falava português razoavelmente. Ver Buarque de Holanda 1956.

⁷ Entre 1626 (data da fundação de São Nicolau, com população Guarani, a primeira redução a Leste do Rio Uruguai) e 1634 (data da fundação de Santa Tereza, com população Kaingang, na localização da atual cidade de Passo Fundo), os jesuítas criaram perto de duas dezenas de reduções no território do atual Rio Grande do Sul (cf. Rego Monteiro, 1942; Bruxel, 1987).

⁸ Em 1639 o Pe Antonio Ruiz de Montoya dirigiu-se a Madrid, para convencer a Coroa Espanhola a autorizar que os jesuítas municiassem os indígenas das missões com armas de fogo (o que era terminantemente proibido). Ao mesmo tempo, outro jesuíta, Pe Francisco Dias Taño, dirigiu-se a Roma, com o mesmo intento, destinado a convencer as autoridades eclesiásticas.

⁹ Há dois elementos importantíssimos para entendimento desse episódio (até porque, o Tratado de Madrid seria revogado onze anos depois): (i) o interesse português, na administração do Marquês de Pombal, em aniquilar o poder jesuítico sobre os indígenas e sobre vastos territórios; (ii) o interesse de portugueses e espanhóis no gado (até então) missioneiro.

¹⁰ Há informação de algum trânsito (contrabando) de gado do Sul para São Paulo, já na década de 1730.

¹¹ Cf. Moreira Neto, 1972.

¹² Em 1865 o Paraná exportou pouco mais de 8 mil toneladas de erva-mate, mas chegou a exportar acima de 16 mil toneladas no primeiro ano depois de terminada a Guerra do Paraguai (cf. Nadolny, 2014).

¹³ Deve-se ter em mente que os Kaingang são um povo que desenvolveu uma cultura à sombra dos pinheirais, contribuindo, inclusive, para a expansão das matas de pinheiros. Assim, suas principais áreas ou reservas situam-se em terras de pinheirais.

¹⁴ Não confundir com a localização da cidade de Chapecó. "Xaçecó" designava, no século XIX, o rio desse nome e, como localidade, o aldeamento situado próximo ao vau do rio Xaçecó, no local onde hoje é Abelardo Luz.

¹⁵ Até 1853 o Paraná integrava a Província de São Paulo, cujo território se estendia até o Rio Uruguai, divisando com o Rio Grande do Sul.

¹⁶ Trata-se de quase 40 pranchas coloridas, de 42,5x 55 cm cada, atribuídas à autoria de Joaquim José de Miranda, retratando os indígenas e, principalmente, os momentos de contato e, finalmente, confronto dos indígenas com a tropa militar. As pranchas estão descritas em 40 legendas que integram o relatório (Sampaio e Sousa, 1962, p.25-28), no entanto, foram subtraídas dos arquivos oficiais, ficando "desaparecidas" por mais de século, só se voltando a ter notícias delas em um leilão internacional, em 1985, quando foram adquiridas por um casal de colecionadores brasileiros (Mário e Beatriz Pimenta Camargo).

¹⁷ Um dado curioso, a partir de uma análise cuidadosa dos documentos redigidos por Sampaio e Sousa e seus subordinados (in Sampaio e Sousa, 1962) é o fato de que ao longo de todos os relatórios os indígenas são designados, usualmente, como "*índios*" ou, senão, "*gentios*" e "*bárbaros*". Mas há um documento (e apenas um, assinado por Francisco Olinto de Carvalho) em que aparece, por duas vezes, o termo "*bugre*".

¹⁸ Uma lei da Assembleia Geral Legislativa, sancionada pelo Imperador Pedro II, revogou, em 1830, a declaração de guerra justa feita pela Carta de 1808, e declarou livres os índios que estivessem prisioneiros em função das ações praticadas sob o amparo daquela Carta. Essa parece ter sido uma daquelas leis, no Brasil, que "não pegou". Não só não há notícias de índios libertados como consequência dela, como a cultura gerada continuou em vigência até o século XX.